

Os “ÓRFÃOS DA GLOBALIZAÇÃO” E A SEDUÇÃO NACIONALISTA

A globalização não é o que parecia. Um quarto de século atrás, profetizou-se que a globalização alargaria o fosso que separa os países desenvolvidos dos demais, penalizando as populações mais pobres do mundo. Hoje, sabe-se que a profecia estava errada.

A integração econômica mundial provocou fortes aumentos de renda na Ásia e, em escala menor, na América Latina e na África, erguendo centenas de milhões de pessoas acima do pântano da miséria. Por outro lado, ela intensificou as desigualdades sociais nos países desenvolvidos, penalizando os trabalhadores ligados à indústria tradicional.

A onda de acelerada inovação tecnológica provocou fortes deslocamentos sociais. Seus efeitos agravaram-se devido ao fenômeno da estagnação secular – isto é, a tendência à redução das taxas de crescimento das economias desenvolvidas. O resultado foi uma cisão social que atravessa a sociedade norte-americana e as sociedades europeias. Donald Trump, o Brexit, Marine Le Pen e os demais partidos da direita nacionalista na Europa são os frutos políticos dessa cisão social.

Veja as matérias às págs. 6 e 7



Os efeitos da globalização sobre o mundo do trabalho (precarização, desemprego, redução dos salários) e os programas de austeridade produzem ondas de protesto em todo o planeta, inclusive na França, onde a “lua de mel” dos eleitores com o novo governo Macron durou menos de cem dias

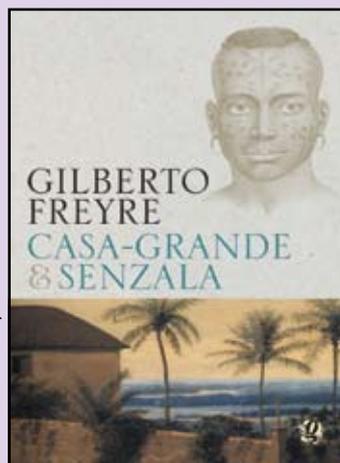
© Jean-Fraña Dis Gil/Citizenside/AFP

e mais...

- **Editorial** – O perdão de Donald Trump ao xerife Joe Arpaio não se parece com nenhum perdão presidencial anterior nos Estados Unidos. Pág. 3
- Josef Stalin salvou o mundo das garras de Adolf Hitler? A União Soviética salvou o Ocidente dos excessos do liberalismo? Como avaliar a Revolução Russa, um século depois? Págs. 4 e 5
- **Diário de Viagem** – A Finlândia e os Estados Bálticos ficaram presos à “armadilha da geografia” durante quase todo o século XX. Hoje, para desfazê-la, voltam-se para o Ocidente. Pág. 9

HISTÓRIA & CULTURA

O BRASIL EM VERSO E PROSA



© Global/Arquivo da editora



© Ática/Arquivo da editora



© Record/Arquivo da editora

Índice Geral de Mundo – 2017

Você encontra aqui o índice de tudo o que foi publicado no boletim *Mundo – Geografia e Política Internacional* em 2017. Na primeira parte do índice, os assuntos são listados segundo o número da edição em que aparecem. Na segunda, o índice é organizado por região geopolítica ou tema. Os números em negrito, fora dos parênteses, indicam o número da edição do boletim; dentro dos parênteses, indicam as páginas.

- **Número 1 – março de 2017**
O triunfo de Donald Trump
Trump, nacionalismo e isolacionismo
Editorial: Trump, retrocesso histórico
O PCC e a paz na Colômbia
O Meio e o Homem: Eventos climáticos extremos
Diário de Viagem: Marrocos
Extrema-direita ameaça União Europeia
Na França, a sombra de Le Pen
Oswaldo Cruz, medicina e política
- **Número 2 – abril de 2017**
Macron e o colapso do sistema político francês
A União Europeia diante da eleição francesa
Le Pen, Trump e Putin: aliança improvável
Editorial: “Fake news”
Trump, o Nafta e a política mexicana
Diário de Viagem: Cidade do México
O Meio e o Homem: Agronegócio e irrigação
O retorno do movimento antivacina
Operárias têxteis deflagraram a Revolução Russa
- **Número 3 – maio de 2017**
O eixo EUA-China, na “era Trump”
Geopolítica de Taiwan e da Coreia do Norte
A China diante de sua orla marítima
Saneamento básico no Brasil
Editorial: A política da islamofobia
Um muro na fronteira EUA-México
O Meio e o Homem: Os corais e as mudanças climáticas globais
Plano Marshall reinventou a Europa Ocidental
O Meio e o Homem: Minorias no Oriente Médio
Sergei Eisenstein, revolução e cinema
- **Número 4 – agosto de 2017**
EUA retiram-se do Acordo do Clima
As ambições do Acordo do Clima
O cenário demográfico africano
Editorial: Nos EUA, uma lei contra os imigrantes
Transição política em Cuba
Diário de Viagem: Andaluzia
O triunfo de Macron e o futuro da França
O Meio e o Homem: Combustíveis fósseis
Do antisemitismo à islamofobia
A Revolução Russa e o Brasil
A China e a “Nova Rota da Seda”
- **Número 5 – setembro de 2017**
A Rússia de Putin
A “Grande Rússia”, de Ivã IV a Putin
O Meio e o Homem: Zona Franca de Manaus
Editorial: A morte de Liu Xiaobo
O Uruguai e a lei da maconha
Israel/Palestina, em mapas e documentos
Diário de Viagem: Moscou e São Petersburgo
Os 50 anos da morte de Che Guevara
A Venezuela em pé de guerra
Jane Jacobs, a política da reforma urbana
- **O Mapa de Mundo**
Globalização – 4:(10) 6:(6-7)
Geopolítica – 1:(9) 3:(6-7-8-9) 4:(6-7) 6:(4-5)
EUA e Canadá – 1:(3-6-7-8) 2:(3) 3:(3) 4:(3) 5:(12) 6:(3)
Europa Ocidental – 1:(10-11) 2:(6-7-8-9) 3:(10) 4:(4-5) 6:(8-9-12)
CEI e Europa Oriental – 2:(12) 3:(12) 5:(6-7-8-9)
Oriente e Pacífico – 4:(12) 5:(3)
Oriente Médio – 3:(11) 5:(4-5)
América Latina – 2:(3-4-5) 4:(3) 5:(3-10-11) 6:(3)
África do Norte – 1:(5)
África Subsaariana – 4:(2) 6:(11)
Brasil – 1:(3-12) 3:(2) 4:(11) 5:(2) 6:(10)
Ciência e Cultura – 2:(11)
Meio Ambiente – 1:(4) 2:(10) 3:(4-5) 4:(8-9)

Em seu 22º ano, a Comissão Julgadora recebeu 173 trabalhos, em sua imensa maioria escolhidos em concursos internos nas escolas. Isso significa que o universo geral de alunos participantes foi muito maior e ajuda a explicar o ótimo nível dos trabalhos. A seguir, publicamos a relação dos dez primeiros colocados e o texto vencedor, comentado pelo professor José Ruy Lozano, um dos componentes da banca examinadora. Aos alunos participantes, professores e escolas, nossos parabéns!

Conheça os vencedores

Nome do aluno	Colégio	Município	Professor(a)
1º EMMANUEL BARROS LAUREANO	Col. Santo Antônio	Belo Horizonte (MG)	Cleide Simões e Giovanna
2º Giovanna de Salles Bertuzo	Col. Guilherme de Almeida	Guarulhos (SP)	Klaus Merschbacher Sant'Ana
3º Estela Fernandes Schiavon	Esc. Coop. Dr. Zerbini	S. José do Rio Preto (SP)	Thaís Person
4º Claudio A. Pires Brandão Neto	Col. S. Agostinho “N. Leblon”	Rio de Janeiro (RJ)	Liliane Machado
5º Lia Rinaldi Petrucci	Col. Anglo Atibaia	Atibaia (SP)	Gustavo Furniel
6º Lucas Mendes Nunes	Col. Fênix	Pouso Alegre (MG)	Danieli Francine Ferreira
7º Júlia Machado Iglesias	Col. S. Agostinho “N. Leblon”	Rio de Janeiro (RJ)	Liliane Machado
8º Jaqueline Celina	Col. S. Agostinho	São Paulo (SP)	Paulo Laubé
9º Felipe Tavares de Assis	Col. Fênix	Pouso Alegre (MG)	Danieli Francine Ferreira
10º Mila Tirapelli	Col. Celtas	Votuporanga (SP)	Gabriela de Azevedo Sugahara

REBELDIA FAVELADA

Emmanuel Barros Laureano

Pál Do cano sai o vapor do disparo. Estirado, no chão, sangra em agonia o monstro criado pelo sistema. Mais um favelado morre. Seu nome, não se sabe.

A televisão mostra o que o povo quer ver. A polícia mata, e o bandido responde. Tragédia. Como se a ditadura de 64 já não fosse o bastante, depois de todos os AIs, o povo grita amordaçado pelos panos da cultura de massa e ainda sofre da violência e dor imprimida pelas mãos da minoria.

Todo dia um trabalhador levanta bem cedo, coloca a sua roupa de sempre, já desbotada e encardida. Contenta-se com o mínimo que ele consegue prover à família e sai de casa para pegar o ônibus lotado. A humilhação apenas começou. A mãe protetora tem o sonho de oferecer aos seus filhos uma educação digna, mas ela precisa correr ao serviço para dar o seu amor ao príncipe da madame, exclusivamente. Dia após dia, a rotina se repete e o sofrimento se desenvolve em estado de latência, até que um dia ele explode e agride o sistema.

A contracultura ainda vive e se alastra entre os barracos das favelas. É o rap, é o funk, é o skate e a capoeira. Os hippies, beat-niks e punks dá passagem para a “menorzada” que, com o sangue quente e a mente eufórica, pula os muros do preconceito e mostra o seu talento e raízes aos olhos alienados da sociedade. O Festival de Woodstock agora está debaixo dos viadutos, nos becos e nas vielas da favela. Ideologia para todo lado, a batalha de MC acontece, é a geração que não quer só maconha para fumar. Ela tem sede de educação, saúde, segurança e, sobretudo, cultura.

A mídia retruca. As cortinas se fecham para os conflitos nas chamadas “comunidades” e desvia seus holofotes para os grandes mafiosos do Brasil.

A globalização fornece o gás para a chama dos nacionalismos. Cresce a xenofobia, o preconceito e os racismos e, mais uma vez, as classes oprimidas são vítimas da negligência da minoria que controla as rédeas do país.

Cabe ao movimento das favelas, eufemizadas como “comunidades”, permanecer na batalha e vislumbrar a mudança presente. Quem sabe a “ordem e o progresso” de Comte dê conta de abraçar e conter a rebeldia favelada e, por mais utópico que seja, a ditadura da burguesia disfarçada de democracia se afogue na lama dos guetos do nosso próspero Brasil.

Comentário a redação

“REBELDIA FAVELADA”

José Ruy Lozano

Um dos dilemas de todo corretor de redações, especialmente daqueles que já participaram de bancas de concursos e exames vestibulares, é a verificação se de fato o aluno respeitou o tema proposto. Muitos são os professores que adotam posturas radicalmente restritivas a respeito. Fazemos essa observação, Emmanuel, porque você arriscou. Desconstruiu, mas reconstruiu, o mundo hippie, aos olhos do jovem de hoje, como quem diz e pensa: “e nós, o que nós temos a ver com isso?”

Leia o comentário crítico, na íntegra, na página de nosso portal: www.clubemundo.com.br



PANGEA – Edição e Comercialização de Material Didático LTDA.

Redação: Demétrio Magnoli, José Arbex Jr., Nelson Bacic Olic (Cartografia)

Jornalista responsável: José Arbex Jr. (MTb 14.779)

Revisão: Jaqueline Oglari

Pesquisa iconográfica: Thaisi Lima

Projeto e editoração eletrônica: Wladimir Senise

Endereço: Rua General Brasília Taborda, 218, São Paulo – SP. CEP 05591-100 Tel/fax: (011) 3726.4069 / 2506.4332

E-mail: pangea@uol.com.br – www.facebook.com/JornalMundo

Assinaturas: Por razões técnicas, não oferecemos assinaturas individuais. Exemplares avulsos podem ser obtidos no seguinte endereço, em São Paulo:

• Banca de jornais Paulista 900, à Av. Paulista, 900, São Paulo Fone: (011) 3283.0340 – **E-mail:** bancagazeta@gmail.com

www.clubemundo.com.br

Infelizmente não foi possível localizar os autores de todas as imagens utilizadas nesta edição. Teremos prazer em creditar os fotógrafos, caso se manifestem.

DONALD TRUMP INSTALA O RACISMO NA CASA BRANCA

EM 25 DE AGOSTO, DONALD TRUMP ANUNCIOU SUA DECISÃO DE PERDOAR JOE ARPAIO, QUE EXERCEU O CARGO DE XERIFE DO CONDADO DE MARICOPA (ARIZONA) DURANTE 23 ANOS (1993-2016). O PERDÃO FOI UMA MEDIDA SEM PRECEDENTES NA HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS, POR VÁRIAS RAZÕES.

O XERIFE HAVIA SIDO CONDENADO, EM JULHO, POR TER SISTEMATICAMENTE MANTIDO PRÁTICAS RACISTAS QUE AFRONTAVAM AS LEIS FEDERAIS, INCLUINDO A DETENÇÃO DE IMIGRANTES HISPÂNICOS BASEANDO-SE, SIMPLEMENTE, EM SUA APARÊNCIA. ALÉM DISSO, CRIOU “CIDADES DE TENDA”, CABANAS ERGUIDAS NO MEIO DO DESERTO PARA ONDE ERAM CONDUZIDOS OS PRISIONEIROs, QUE SOFRIAM OS EFEITOS DA VARIAÇÃO EXTREMA DE TEMPERATURA (DE MAIS DE 50 °C DURANTE O DIA PARA ALGO PERTO DE 0 °C, À NOITE), RECEBENDO APENAS DUAS REFEIÇÕES POR DIA, E SENDO OS HOMENS OBRIGADOS A USAR CUECAS COR-DE-ROSA.

É A PRIMEIRA VEZ QUE UM CRIMINOSO COM ESSE PERFIL OBTÉM O PERDÃO PRESIDENCIAL. NÃO SE TRATA DE UM “SIMPLES” CASO DE CORRUPÇÃO, GOLPE, TRÁFICO DE DROGAS OU DE BANDITISMO COMUM. TRATA-SE DE ANISTIAR UMA PRÁTICA QUE AFRONTA PRINCÍPIOS BÁSICOS DA CONSTITUIÇÃO DO PAÍS. ALÉM DO MAIS, ARPAIO NEM CHEGOU A CUMPRIR UM ÚNICO DIA DE PENA (OUTRO FATO INÉDITO), E TRUMP SEQUER OUVIU OS PARECERES DE ASSESSORES JURÍDICOS OU DOS REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.

MAS O MAIS GRAVE VEM AGORA: A ANISTIA PODERIA SER INTERPRETADA COMO UMA SIMPLES “AÇÃO ENTRE AMIGOS”, SÓ QUE NÃO É. É UMA MEDIDA COERENTE COM A POSTURA DE TRUMP EM FACE DOS ACONTECIMENTOS OCORRIDOS EM 12 DE AGOSTO, EM CHARLOTTESVILLE (VIRGINIA), QUANDO SUPREMACISTAS BRANCOS REALIZARAM UMA MANIFESTAÇÃO DE CARÁTER NEONAZISTA,

RESULTANDO NA MORTE DE TRÊS PESSOAS E DEZENAS DE FERIDOS. O PRESIDENTE SÓ CONDENOU OS MANIFESTANTES, ENTRE OS QUAIS DAVID DUKE, O PRINCIPAL LÍDER DA KKK, SOB INTENSA PRESSÃO POLÍTICA, INCLUINDO DE MEMBROS DE SEU PRÓPRIO PARTIDO (REPUBLICANO).

A ANISTIA É COERENTE TAMBÉM COM A DECISÃO, ANUNCIADA POR TRUMP E FINALMENTE ACATADA PELA SUPREMA CORTE, DE PROIBIR A ENTRADA, NOS ESTADOS UNIDOS, AINDA QUE EM CARÁTER TEMPORÁRIO, DE IMIGRANTES ORIUNDOS DE SETE PAÍSES ISLÂMICOS CUJOS GOVERNOS SÃO SUSPEITOS DE APOIAR O TERRORISMO. A ISLAMOFOBIA – A CONDENAÇÃO DO “OUTRO” ABSOLUTO – É O PANO DE FUNDO SOBRE O QUAL SE DESENVOLVEM OS DEMAIS MOVIMENTOS RACISTAS NO PAÍS. O PERDÃO A ARPAIO MOSTRA QUE O RACISMO ESTÁ SOLIDAMENTE INSTALADO NA CASA BRANCA.

NA VENEZUELA, MILITARES ENCARAM O “PRECIPÍCIO”

Newton Carlos

Da Equipe de Colaboradores

O que aconteceu na Venezuela em 30 de julho? O presidente Nicolás Maduro, cuja aprovação ronda os 20%, convocou votação nacional com dupla tarefa: escolher novos constituintes e reescrever a Constituição de 1998, elaborada no ponto de partida da aventura da “revolução bolivariana” de Hugo Chávez. Em cena o “pós-30”, como será a Constituição de Maduro?

Há intenções à vista. A eleição deu-se fora dos marcos do sufrágio universal. Dos eleitos, 181 concorreram como representantes de “setores sociais”, incluindo aposentados, indígenas, empresários, estudantes e camponeses. Na prática, representam um chavismo já incapaz de vencer eleições gerais.

Poder popular à moda cubana? Há o receio de que isso seja adotado de forma impositiva e violenta, diferente de como agiu Hugo Chávez, patrono político de Maduro. Chávez teve o cuidado de saber se contaria com apoio popular para reescrever a Constituição herdada da “velha política”, submeteu-a a plebiscito, conseguiu um “sim” e ela está vigente até hoje. Agora, porém, está sob o assédio de Maduro, que criou sua própria constituinte e governa por decreto. Nem ele nem o Conselho Eleitoral Venezuelano sabem quando esse “processo”, o “pós-30”, terminará. Pesquisas constatam que oito entre dez venezuelanos querem eleições gerais: nada de nova Constituição, com ou sem Maduro.



O presidente Nicolás Maduro mostra-se incapaz de oferecer perspectivas para superar a crise

© Governo da Venezuela/Fotos Públicas

Defesa, assumiu a chefia de um novo Comando Nacional, com a “grande missão de administrar abastecimento soberano e seguro”. Leia-se: lotar prateleiras vazias. Os portos foram ocupados por tropas sob sua chefia. A ele ficaram subordinados todos os outros ministérios e instituições do Estado.

Na prática, diz a agência *Latin News*, Lopez passou a ter mais poderes do que Maduro e reitera a todo momento que a criação de um novo comando é, de fato, uma quartelada. “Não gosto de presenciar intervenções militares em áreas que não são da nossa natureza, mas o que aconte-

No “pós-30”, diante de um poder militarizado, chama atenção a falta de uma atitude formal das Forças Armadas perante a violenta repressão contra manifestantes opositores. O silêncio militar, por enquanto, é interpretado como sinal de lealdade a Maduro, mas já circulam rumores sobre mal-estar entre militares. Fala-se até em nervosismo e é atribuído a alta fonte militar o desabafo de que “chegamos ao precipício, mas não vamos nos atirar”.

O que seria não se atirar? “Acompanhar Maduro numa aventura ditatorial ainda mais violenta”, foi a resposta. Até agora o único que rompeu o silêncio foi o general Vladimir Padrino Lopez, ministro da Defesa – mas para pronunciar palavras de lealdade.

“A Venezuela é governada por uma corporação corrupta e mafiosa, que utiliza sistematicamente a violência contra a população e na qual os militares ocupam um papel central”, diagnostica Barrera Tyska, biógrafo de Chávez. As Forças Armadas Nacionais Bolivarianas (FANB) têm 365 mil militares, mil a menos do que o Brasil. Mas o Brasil tem 210 milhões de habitantes, contra apenas 30 milhões de venezuelanos.

Maduro criou uma estrutura militar que ele provavelmente supõe capaz de sustentá-lo em palácio. O general Padrino Lopez, não se sabe com que grau de autenticidade como porta-voz dos quartéis, já lhe deu “apoio militar”. Procurando dizer que não se tornou ditador, nem pretende, o general trata de desfazer suposições a respeito de suas novas funções. Já ministro da

tece é questão de segurança nacional e de defesa da mãe-pátria”, justificou-se. Fala de protestos populares, mortes, descontrole de fronteiras, sobretudo com a Colômbia, cruzada diariamente por milhares de venezuelanos à procura de alimentos e produtos de higiene, suprimentos que o governo imagina poder normalizar à força.

A oposição política protesta contra um grau “sem precedentes” de militarização. Os números dizem tudo, explica a ONG Control Ciudadano. Dos 32 cargos de gabinete, 12 são ocupados por militares, dez deles na ativa. Apesar das aparências de apoio absoluto a Maduro, os militares estão sob forte pressão. A perda de apoio das FANB significaria, certamente, o fim de Maduro.

UM MARECHAL DE LATA?

Cláudio Camargo
Especial para *Mundo*

“Aos olhos do povo, general
que vence não cometeu erros”
(Voltaire)

Em 23 de fevereiro de 1943, no rastro da vitória do Exército Vermelho sobre a *Wehrmacht* na Batalha de Stalingrado, que marcou um ponto de inflexão na Segunda Guerra Mundial, o ditador soviético Josef Stalin, Comandante Supremo das Forças Armadas, autoproclamou-se marechal da União Soviética – embora ele nunca tivesse tido qualquer formação militar específica. Depois de Stalingrado, uma das batalhas mais sangrentas da guerra, Stalin quase sempre envergou a túnica de marechal. Nos anos seguintes, a vitoriosa ofensiva militar que levaria o Exército Vermelho a Berlim, em 1945, consagraria a reputação de Stalin como grande estrategista, mesmo entre seus inimigos. Mas a ascensão de Stalin ao marechalato ocorreu ao mesmo tempo que ele teve de delegar a condução da guerra a seus generais, depois de 18 meses de desastres militares que quase levaram o país a cair nas mãos de Hitler.

Como o ditador nazista, o georgiano Stalin jamais confiou em seus generais. Em 1937, quando já eram evidentes as ações expansionistas do Terceiro Reich, Stalin promoveu um sangrento expurgo no Exército Vermelho, decepando 13 dos 15 generais (entre eles o comandante, general Mikhail Tukhachevsky), além de 5 mil oficiais acima de major, falsamente acusados de colaboração com o regime nazista. Com isso, as Forças Armadas soviéticas ficaram praticamente acéfalas, sem profissionais experimentados.

Stalin sabia que, cedo ou tarde, a máquina militar alemã se voltaria contra a União Soviética. Por isso, buscou criar uma frente com as potências democráticas europeias – França e Grã-Bretanha. Contudo, depois do Acordo de Munique (1938), em que Paris e Londres entregaram a Tchecoslováquia de mão beijada a Hitler na tentativa de apaziguá-lo, Stalin fez um pacto com o diabo para ganhar tempo. Em 1939, para surpresa do mundo, a Alemanha nazista e a Rússia comunista firmaram um pacto de não agressão, o Pacto Molotov-Ribbentrop, com protocolos secretos que previam a divisão da Europa Centro-Oriental entre soviéticos e alemães. Assim, quando a *Wehrmacht* invadiu a Polônia Ocidental, em setembro de 1939, o Exército Vermelho ocupou o leste do país e os Estados Bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia). Na sequência, em 1940, Moscou empreendeu uma ofensiva para conquistar o território da Finlândia. Apesar da vitória final soviética, a “guerra do inverno” contra os finlandeses evidenciou a precariedade do Exército Vermelho no campo de batalha.

Em 22 de agosto de 1941, na chamada Operação Barbarossa (referência a Frederico Barba Ruiva, imperador germânico do século XII), as forças de Hitler invadiram a União Soviética em três frentes: ao norte, em direção a Leningrado (hoje São Petersburgo); ao centro, em direção a Moscou; e ao sul, em direção a Kiev (Ucrânia). Eram cerca de 180 divisões – mais de 3 milhões de soldados de infantaria – apoiadas por 30 divisões romenas e finlandesas, além de 19 divisões de *Panzers* (cerca de 3 mil

A consagração de Stalin como grande estrategista militar após a vitória da União Soviética contra a Alemanha nazista, em 1945, ignora os desastres iniciais e o papel do Estado-maior russo



© National Archives and Records Administration, Washington, D.C.

23 de agosto de 1939: sob o olhar de Josef Stalin, o chanceler soviético Viatcheslav Molotov assina o desastroso pacto secreto de não agressão com a Alemanha nazista

tanques) e 2,5 mil aviões de combate e transporte. “Nós só temos de chutar a porta”, jactou-se Hitler. Stalin ficou apoplético, pois não acreditava na invasão alemã antes de Hitler ter conseguido dobrar a resistência da Grã-Bretanha. O ditador soviético descartara como “provocação” as informações de Londres e de seus espões na Alemanha e no Japão sobre o iminente ataque alemão.

O poderio soviético não era desprezível. A Rússia também tinha cerca de 200 divisões de infantaria, tanques e aviões, mas poucos generais competentes para comandá-las. O resultado foi catastrófico. Em três semanas da *blitzkrieg* alemã, a União Soviética teve baixas de cerca de 2 milhões de homens, 3,5 mil tanques e mais de 6 mil aviões, quase todos abatidos em terra. “O colapso militar revelara o dano que Stalin causara e sua inépcia como comandante. O imperador estava nu”, diagnostica Simon Sebag Montefiore em *Stalin: a corte do czar vermelho*.

O desastre só não foi maior porque um dos poucos generais profissionais, Georgy Zhukov, foi chamado para deter o avanço alemão em Leningrado – a cidade ficaria sitiada durante 900 dias. Em seguida, sem nunca abdicar do posto de “comandante supremo”, Stalin chamou

Zhukov para defender Moscou, pois as tropas alemãs, depois de conquistarem Minsk (Bielorrússia) e Smolensk, avançaram tanto em direção à capital soviética que já podiam avistar as torres do Kremlin. A habilidade de Zhukov, que trouxe reforços da Sibéria, aliada aos erros táticos de Hitler e à chegada do inverno, salvaram Moscou de ser conquistada pelos nazistas.

No verão de 1942, os alemães retomaram a ofensiva na frente sul, de olho nas imensas reservas de petróleo do Cáucaso. No caminho, havia Stalingrado, um centro de produção de armamentos e um símbolo por ter o nome do ditador soviético. Contrariando a opinião do Estado-maior, o “comandante supremo” cometeu vários erros, levando a perdas enormes de homens e equipamentos. O providencial Zhukov foi então chamado para armar o contra-ataque soviético. No final, com a cidade em ruínas, a batalha se transformou numa luta casa a casa, até que os reforços de Zhukov cercaram o 6º Exército do general Von Paulus, que se rendeu. A vitória dos soviéticos em Stalingrado, em fevereiro de 1943, e na Batalha de Kursk, em agosto do mesmo ano, na maior batalha de tanques da história, acabaram com o mito da invencibilidade da *Wehrmacht*. E abriram o caminho a Berlim.

“A gravidade da situação de Stalingrado finalmente fez Stalin se concentrar e provocar uma revolução em sua conduta perante a guerra”, escreve Simon Sebag Montefiore. “Ele percebeu que o caminho para a sobrevivência e a glória estavam nas mãos dos generais profissionais, e não no seu amadorismo impaciente e seus cavalarianos inábeis.” Em outubro de 1942, para elevar o prestígio dos militares, Stalin revogou o “comando duplo” que obrigava os comandantes a se reportar aos comissários políticos.

No final, o que pesou na balança do conflito foi que Stalin percebeu seus limites como chefe militar, ao contrário do ex-cabo austríaco transformado em *fürher* do Terceiro Reich. “Diferentemente de Stalin, que à medida que a guerra transcorria interferia cada vez menos nas decisões táticas, Hitler seguia o caminho inverso”, escreve Laurence Rees. Como explica o historiador soviético Dmitri Volkogonov, o mito da habilidade de Stalin como líder militar foi sustentado pela capacidade do Estado-maior geral e pelos talentos de seus chefes militares, como Zhukov, Aleksandr Vasilevsky, Semyon Timoshenko e Vassili Chuikov, entre outros.

Cláudio Camargo é jornalista e sociólogo

ESTADO DE BEM-ESTAR NÃO SE DEVE À EXISTÊNCIA DA URSS

José Arbex Jr.
Editor-Geral de *Mundo*

Se a Revolução de 1917 exerceu grande impacto em todo o planeta, não é possível afirmar que a existência do Estado soviético, por si só, teve efeito “civilizador” sobre as tendências mais radicalmente liberais do capitalismo

“Eu sou o verdadeiro capitalista, ao passo que você é um irresponsável. Se o Estado não assumir medidas significativas, amplas e urgentes para resolver a crise, teremos uma revolução socialista nos Estados Unidos”, respondeu o democrata Franklin Roosevelt ao republicano Herbert Hoover, em 1932, durante um debate eleitoral da disputa pela Presidência dos Estados Unidos. O país sentia, então, os efeitos catastróficos da quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. Hoover, que tentava a reeleição, defendia a tese liberal de que a crise deveria ser resolvida por si só, ao sabor da lógica do mercado, sem a interferência do governo. Acusava seu adversário de pretender levar o país para o comunismo. Roosevelt temia a eclosão de grandes revoltas sociais. Os ecos da Revolução Russa de 1917 soavam muito fortes entre os milhões de desempregados, em Nova York e nos grandes centros industriais do país.

Roosevelt venceu (e três outras eleições seguidas, até a sua morte, em 1945). Criou o *New Deal*, um plano de recuperação econômica baseado numa relação de colaboração entre governo, empresários e sindicatos, lançando as bases para a construção de um Estado de bem-estar social na principal potência capitalista do planeta.

Roosevelt teria proposto o *New Deal* sem a Revolução de 1917? Claro que a pergunta contrafactual não tem resposta direta, mas coloca uma importante questão sobre a interpretação da história: em que medida a Revolução Russa exerceu influência sobre os rumos do capitalismo?

Intelectuais, políticos e militantes que se situam no campo da esquerda afirmam, com graus variados de ênfase, que o Estado de bem-estar é consequência direta e inevitável de 1917. Sem a vitória da revolução na Rússia, teria prevalecido o liberalismo puro de Hoover, com consequências desastrosas para milhões de desempregados e famintos, nos Estados Unidos e em todo o planeta.

Para sustentar a tese, argumentam que foram, precisamente, a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim da União Soviética, em 1991, que abriram o caminho para o neoliberalismo, isto é, o processo de desmantelamento das conquistas trabalhistas que formaram a base do Estado de bem-estar (incluindo, entre outros, o direito à aposentadoria, ao seguro-desemprego, ao salário mínimo, a saúde e educação públicas). Em síntese: eliminado o espectro do comunismo, o capital teria se sentido livre para impor a “solução de mercado” preconizada por Hoover.

A formulação, embora em certa medida defensável, tende a ignorar ou subestimar fatos históricos que apontam para outras possibilidades interpretativas. O primeiro sistema de seguridade pública de que se tem notícia foi instituído, a partir de 1881, não por algum líder socialista ou coisa que o valha, mas por Otto von Bismarck, um aristocrata prussiano extremamente conservador, responsável pela criação do moderno Estado alemão, em 1871.

Com o objetivo de destruir o movimento socialista, cada vez mais forte na década de 1880, ainda sob o impacto da forte presença de Karl Marx e Friedrich Engels, Bismarck colocou na ilegalidade vários partidos e organizações dos

trabalhadores, ao mesmo tempo que instituiu a aposentadoria, a lei de acidentes de trabalho, o reconhecimento dos sindicatos, o seguro de doença, acidente ou invalidez, entre outras medidas. O “chanceler de ferro” estava convencido de que só com a ação do Estado na resolução destes problemas se poderia fazer frente às novas ideias políticas.

Na vizinha França, o sistema de garantias sociais públicas teve como ponto de partida a Comuna de Paris, o primeiro governo operário da história, fundado em 18 de março de 1871. A revolta foi propiciada pelo movimento de resistência dos trabalhadores à invasão da França pelas tropas prussianas, aliás comandadas por Bismarck. Durante a Guerra Franco-Prussiana (1870-71), as províncias francesas elegeram para a Assembleia Nacional uma maioria de deputados monarquistas favorável à capitulação ante a Prússia. Os trabalhadores e, em geral, toda a população de Paris não aceitaram a capitulação, organizaram a revolta, tomaram o poder e proclamaram a primeira república proletária da história.

O novo governo adotou, como programa, uma Carta baseada nos princípios socialistas da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT, ou Primeira Internacional), liderada por Marx e Engels. O programa previa, entre outras coisas, a abolição da “escravidão ao salário”, a redução da jornada de trabalho, a separação entre Igreja e Estado, a liberdade de organizações dos trabalhadores e uma série de garantias sociais.

A Comuna de Paris seria esmagada, em maio de 1871, pelas forças comandadas por Adolphe Thiers, que contou com o auxílio de Bismarck. Foi um massacre, com mais de 20 mil mortos. Entretanto, apesar de sua curta duração, a comuna marcou profundamente os movimentos sindicais e sociais na França, que acabou instituindo um dos mais sólidos sistemas de seguridade social do mundo.

Ao longo do século XX, em particular nas décadas de 1930 e 1940, em todos os países europeus os trabalhadores desenvolveram lutas importantes nas quais a resistência ao

nazifascismo confundiu-se com a luta por garantias trabalhistas e sociais. A reconstrução do continente, após 1945, incorporou e consagrou conquistas obtidas no decorrer das lutas e graças ao fortalecimento das organizações operárias que derrotaram as forças mais conservadoras.

Processos semelhantes, em outras circunstâncias, aconteceram em todos os continentes. No Brasil, São Paulo foi completamente paralisada, em julho de 1917, por uma greve geral deflagrada pelas trabalhadoras do Cotonifício Crespi (empresa têxtil situada no bairro da Mooca), que tinham como reivindicação central a jornada de oito horas de trabalho, num movimento que se alastraria para o Rio de Janeiro e outros centros industriais [veja a edição de agosto de *Mundo*, à pág. 11]. As motivações do governo de Getúlio Vargas, que promulgou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a partir de 1932, foram semelhantes às de Bismarck: o Estado deve assumir as iniciativas, para impedir o livre desenvolvimento das organizações socialistas.

Assim, num sentido geral, não é possível generalizar, atribuindo apenas à presença soviética as conquistas que, pelo menos durante algumas décadas, colocaram freios ao liberalismo desenfreado desejado por Hoover. Em grande parte, as distintas formas assumidas pelo capitalismo resultaram de processos internos ao próprio sistema. Tudo isso, claro, num cenário em que a Revolução Russa demarcava uma perspectiva desejável ou um limite intransponível, dependendo do ponto de vista.



Como resposta à Grande Depressão de 1929, que causou o desemprego e a miséria de milhões de trabalhadores, mesmo nos grandes centros urbanos, como Nova York, Franklin Roosevelt implementou o *New Deal* nos Estados Unidos

© National Archives and Records Administration, Washington, D.C.



© New York World-Telegram, Sun Collection/Biblioteca do Congresso, Washington, D.C.

IMPULSIONA A ONDA NEONACIONALISTA

ESTAGNAÇÃO SECULAR

Donald Trump venceu Hillary Clinton entre os mais idosos, os menos instruídos, os habitantes das cidades médias e pequenas. Mas, sobretudo, seu triunfo veio da classe média branca empobrecida pelo declínio da indústria tradicional. Nesse sentido, a eleição presidencial de 2016 foi uma conclusão política de duas décadas de globalização às quais se adicionou a crise econômica global aberta pelo colapso financeiro de 2008.

As estatísticas contam uma história dramática [veja o gráfico 2]. Entre 2004 e 2014, a renda anual média real dos 5% mais ricos da população norte-americana permaneceu mais ou menos a mesma, em torno de US\$ 330 mil. No intervalo, o grupo dos mais ricos sofreu redução discreta de renda com a crise financeira de 2008, mas recuperou suas perdas nos poucos anos seguintes. Por outro lado, a base da pirâmide social sofreu um impacto muito maior.

Os 40% mais pobres dos norte-americanos ganhavam, em 2004, cerca de US\$ 33 mil, algo como um décimo da renda dos 5% mais ricos. Uma década depois, eles recebiam, em termos reais, cerca de US\$ 31 mil. Como mostra o gráfico, a perda de renda causada pela crise praticamente não foi recuperada nos anos seguintes. Parte significativa dessa população transferiu seu voto de Barack Obama, eleito em 2008 e reeleito em 2012, para Trump.

Há várias formas de visualizar um mesmo fenômeno. As recessões sempre causam perdas nos rendimentos familiares médios – mas uma recessão se distingue da outra [veja o gráfico 3]. Nos Estados Unidos, as perdas provocadas pela recessão de 2001 foram quase integralmente recuperadas pelo ciclo de crescimento seguinte – mas o mesmo não ocorreu com a recessão de 2008-09. Esta última, de proporções muito maiores, causou perdas mais acentuadas – e a lenta retomada econômica seguinte não foi capaz de recuperar a renda perdida.

A ampliação da curva temporal ajuda a esclarecer as coisas [veja o gráfico 4]. No extenso intervalo entre 1979 e 2014, os salários reais dos 10% mais qualificados verificaram crescimento discreto. Enquanto isso, os salários médios e os salários dos 10% menos qualificados permaneceram praticamente estagnados.

De modo geral, os salários comportaram-se mal, nesse longo ciclo econômico marcado pela globalização e pela acelerada inovação tecnológica. Mas os salários dos trabalhadores de menor qualificação comportaram-se ainda pior. O “sonho norte-

americano”, de progresso social por meio do trabalho árduo, converteu-se em amarga ilusão. Os Estados Unidos são um caso exemplar, mas não único. Cenários semelhantes, ainda que menos intensos, verificam-se nas economias da Europa Ocidental, em países como a Grã-Bretanha, a França e mesmo a Alemanha. Há duas explicações para o congelamento, ou mesmo retrocesso, da renda real da classe trabalhadora no Ocidente: os efeitos da inovação tecnológica e a estagnação secular.

O ciclo da revolução tecnocientífica erodiu a indústria tradicional, transferindo empregos das fábricas ocidentais para as asiáticas e transferindo força de trabalho do setor industrial para o de serviços. A intensa automação abriu a tesoura dos salários, preservando o trabalho mais qualificado e penalizando o menos qualificado. Os *blue collars*, operários do chão de fábrica, são cada vez menos numerosos nas grandes economias do Ocidente. Os filhos dos *blue collars* tendem a obter empregos precários, de baixa remuneração, no setor de serviços. “A culpa é dos chineses, dos mexicanos, dos imigrantes” – nesses estratos sociais, o apelo populista do nacionalismo ressoa bem alto, pois oferece respostas simples (e erradas) a dilemas complexos.

A explicação complementar envolve o fenômeno da estagnação secular. No horizonte de longo prazo, as economias desenvolvidas do Ocidente exibem nítida tendência de redução de suas taxas de crescimento [veja o gráfico 5]. Há meio século, o PIB das grandes economias industriais crescia a taxas médias anuais situadas no intervalo de 2 a 5%, com exceção do Japão, que atravessava seu “milagre econômico”. Contudo, nas duas últimas décadas, o crescimento de tais economias tendeu a declinar para taxas inferiores a 2% (que foram ainda mais deprimidas pela grande recessão iniciada em 2008).

A estagnação secular é um fenômeno multifacetado, com causas diversas, que se desenvolve de modos diferentes em função de singularidades nacionais. Mas, atrás dela, encontra-se a sombra da demografia. A redução estrutural das taxas de natalidade e a concomitante ampliação da expectativa de vida alteraram a estrutura etária dos países desenvolvidos. A proporção da população em idade produtiva reduziu-se, contraindo a população economicamente ativa (PEA). Ao mesmo tempo, aumentou a proporção de idosos, que não fazem parte da PEA. A queda nas taxas médias de expansão do PIB acompanha essa mudança demográfica de fundo.

Gráfico 2

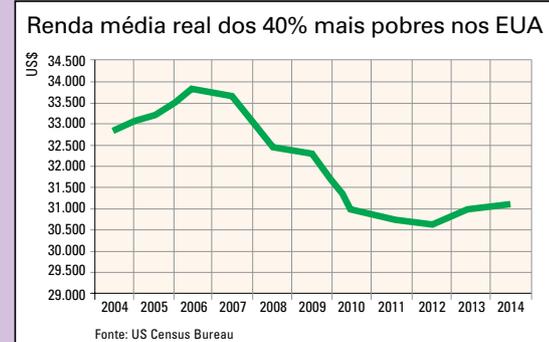
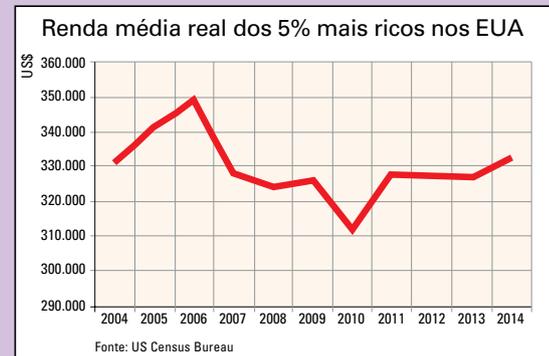


Gráfico 3

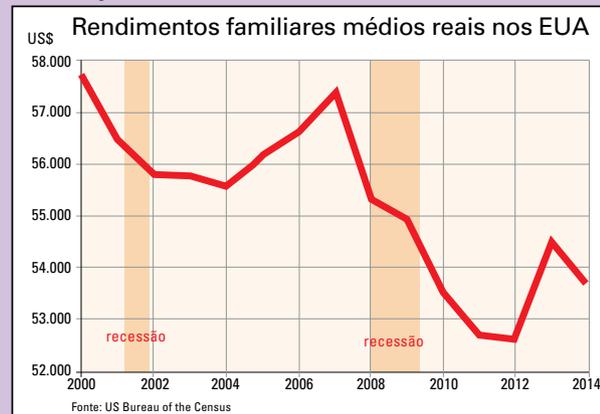


Gráfico 4

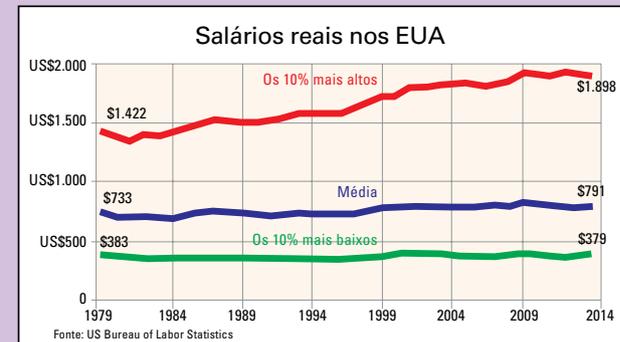
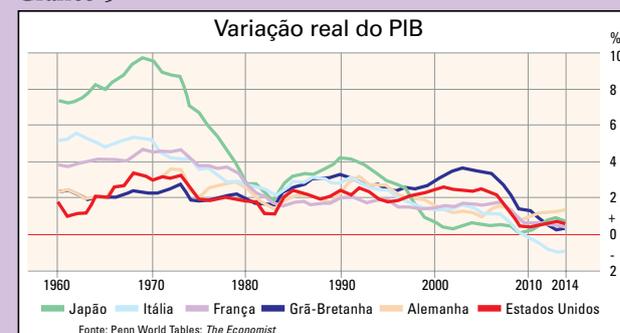


Gráfico 5





diário de viagem

NO BÁLTICO, OLHANDO PARA O OCIDENTE

Geografia é destino, teria dito Napoleão Bonaparte, mas a história de alguns países tem sido uma tentativa constante de desmentir este axioma. Entre os casos mais notáveis estão os dos Estados Bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia) e o da Finlândia que, ao longo do século XX, lutaram duramente para tentar escapar às consequências geopolíticas das duas guerras mundiais e da ascensão do regime comunista na Rússia, em 1917.

Os países bálticos reconquistaram a independência em 1991, mas a presença do urso russo ainda os incomoda. Tanto que, no início de 2017, os Estados Unidos enviaram Forças Especiais aos três para tranquilizá-los depois da anexação da península ucraniana da Crimeia pela Rússia. Desde 2004 Estônia, Letônia e Lituânia integram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), a aliança militar ocidental liderada pelos Estados Unidos. O estreito de 80 quilômetros de águas que separa Helsinque, na Finlândia, de Tallinn, na Estônia, situa-se na entrada de algumas das bases da frota russa do Báltico [veja o mapa].

Independentes entre 1920 e 1940, os Estados Bálticos foram, junto com a Polônia, as principais vítimas do Pacto Molotov-Ribbentrop, o acordo de não agressão de Hitler e Stalin que em 1939 dividiu a Europa Centro-Oriental em esferas de influência soviética e alemã. No início da guerra, em 1940, Estônia, Letônia e Lituânia foram ocupadas militarmente pelo Exército Vermelho. Com a invasão alemã da União Soviética, em 1941, os bálticos ficaram sob domínio nazista, até serem novamente ocupados pelos soviéticos em 1944. Depois da guerra, foram reanexados à União Soviética.

As ocupações deixaram cicatrizes muito profundas nestes países. A Lituânia, por exemplo, era conhecida desde o século XVIII como a “Jerusalém do Norte” pela rica cultura judaica que ostentava. Durante a ocupação nazista, mais de 95% da população judaica de 250 mil pessoas foi exterminada – e, pior, com a colaboração ativa de muitos cidadãos lituanos, motivo de vergonha até hoje. Atualmente, restam cerca de 5 mil judeus na Lituânia, mas várias sinagogas e museus, principalmente em Vilnius, a capital, foram restauradas para lembrar o Holocausto.

Vilnius também abriga um dos mais expressivos exemplos dos horrores da era so-



viética: o Museu das Vítimas do Genocídio ou Museu da KGB (Comitê de Segurança do Estado), que funciona no mesmo prédio antes ocupado pela tenebrosa polícia secreta soviética. As celas, salas de tortura e de execuções dão uma ideia precisa das práticas sinistras da instituição.

Nos países bálticos, é comum encontrar placas de orientação de trânsito na língua local, em inglês e em russo. É que na Estônia e na Letônia mais de 25% da população é de origem russa. A razão disso é que, depois da Segunda Guerra Mundial, Stalin promoveu migrações de duas mãos. Numa ponta, deportou milhares de habitantes dos três países, acusados de colaboração com os nazistas, para regiões distantes da União Soviética, como a Sibéria. Na ponta oposta, contingentes de russos foram enviados para as repúblicas bálticas, numa política de “russificação” dessas faixas de fronteira do “império vermelho”. Atualmente a tensão entre as nacionalidades diminuiu um pouco, mas permanece latente.

Os Estados Bálticos enfrentam a influência russa por meio de uma ace-

lerada ocidentalização. A começar pela cultura: hoje nada é mais parecido com uma capital ocidental do que as capitais bálticas: Tallinn (Estônia), Riga (Letônia) e Vilnius (Lituânia) têm bares, restaurantes, lojas, *shoppings* e casas de shows lotados, principalmente de turistas ocidentais – mas também de chineses, é claro, que parecem ter descoberto a região. Exemplo simbólico desse movimento de ocidentalização é a estátua do roqueiro americano Frank Zappa erigida em 1995 em Uzispis, antigo bairro judeu de Vilnius. Zappa nunca pôs os pés na Lituânia, país com fortes tradições católicas, mas sua música era proibida na era soviética, pois incomodava a *nomenklatura* stalinista. Daí a homenagem.

O sentimento de pertencimento à cultura europeia é antigo. A arquitetura de Riga, a mais cosmopolita das capitais bálticas, revela como a identificação desses países com o Ocidente é bem anterior à ocupação soviética. A cidade é conhecida pelos edifícios construídos entre o final do século XIX e o início do século XX

em estilo *art nouveau*, fator que levou a ONU a declará-la Patrimônio Cultural da Humanidade. Na época, a cidade era a terceira maior do Império Russo. Um dos pioneiros desse estilo na Letônia é o arquiteto Mikhail Eisenstein, pai do famoso cineasta soviético Sergei Eisenstein, diretor de *Encouraçado Potemkin* (1925) e *Outubro* (1928).

A ocidentalização não se resume, contudo, a aspectos simbólicos e culturais. Ela se expressa principalmente pela adesão irrestrita dos Estados Bálticos às instituições ocidentais. Em 2004, junto com a adesão à Otan, Estônia, Letônia e Lituânia ingressaram na União Europeia; depois, entre 2011 e 2014, entraram na zona do euro. Hoje são países completamente europeizados e globalizados.

Com população de apenas 1,3 milhão de habitantes, a Estônia é, de longe, o mais desenvolvido dos três. Embora Tallinn se destaque por ser uma das mais belas cidades medievais da Europa, a Estônia abriga um grande número de empresas de tecnologia da informação. O Skype nasceu lá. Nos últimos anos, a Estônia informatizou totalmente os serviços públicos, desde declarações de imposto de renda até receitas médicas, passando por boletins escolares, registros de imóveis, históricos da saúde e vigilância sanitária.

Já a Finlândia conseguiu escapar ao destino de ser engolida pela União Soviética, mas pagou alto preço por isso. Invadida pelo Exército Vermelho em 1940, teve parte de seu território anexado à União Soviética; depois, foi obrigada a se aliar ao Reich nazista. Durante a Guerra Fria, o país conservou sua autonomia política interna, mas foi obrigada por Moscou a seguir uma política externa neutralista – o que deu origem ao conceito de “finlandização”.

Hoje, a pátria do compositor Jean Sibelius ainda busca o equilíbrio entre a Rússia e o Ocidente – ela não faz parte da Otan, por exemplo, mas aderiu ao euro e exibe uma economia altamente industrializada, com produção *per capita* superior à da Alemanha. Helsinque, a capital, é um centro de inovação urbana em termos ambientais e é considerada uma das melhores cidades do mundo para se morar.

